

Representação e reforma política

Homero de Oliveira Costa

Num artigo intitulado “Eleição e representação” (Lua Nova n.67, 2006), Susan Stokes, Bernard Manin e Adam Pzeworski, analisando as democracias representativas, evidenciam os limites do voto como instrumento eficaz da representação e afirmam que não existem mecanismos institucionais eficazes de controle do exercício dos mandatos dos representantes e dos respectivos parlamentos. Assim nada garante que nossas escolhas sejam respeitadas.

Além disso, como afirma Bernard Manin em outro artigo (“Metamorfoses do governo representativo”) uma característica das instituições democráticas representativas é que em nenhum sistema democrático os políticos são legalmente obrigados a manter, no exercício de seus mandatos, a plataforma que haviam defendido durante na campanha eleitoral e que as ações judiciais dos cidadãos contra os governantes que traem promessas específicas de campanha têm sido rejeitadas pelos tribunais em vários países.

Num livro publicado recentemente (“A Verdadeira revolução brasileira: integração de desenvolvimento e democracia”/ Editora José Olympio/Fórum Nacional), resultado de um Fórum Especial realizado em setembro de 2007 pelo Instituto Nacional de Altos Estudos, no Rio de Janeiro, os partidos e o parlamento foram objeto de análise.

Destacaria, para pensar a questão da representação e da reforma política, a participação de quatro parlamentares que, de partidos distintos, convergem para o mesmo diagnóstico: a necessidade de uma ampla reforma política.

O primeiro é da senadora do PT (SC) Ideli Salvatti . Inicialmente indaga em que medida o Congresso e os partidos representam efetivamente a sociedade brasileira e responde “A análise deste tema, a partir da organização da sociedade, por estamento social, mostra que, no Congresso e nos partidos políticos, não há representação efetiva da sociedade brasileira”

O segundo é o senador do DEM (GO) Demóstenes Torres para quem o Brasil passa por uma crise crônica de governança e descrédito da atividade pública. Pare ele, embora PT não seja o único responsável por isso, mas “apenas recepcionou os vícios institucionais que conspiram a prática política” (...)e conferiram vigor ao licencioso” é inegável a baixa credibilidade do Congresso e considera que “não há futuro próximo que indique reversão do descrédito, posto que continuam em vigor e força todas as condições para que as práticas anti-republicanas prosperem”. Uma reforma política poderia ser apenas o início desse processo.

O terceiro é o deputado federal do PSDB (SP) Antonio Carlos Pannunzio, para quem a crise do sistema representativo no Brasil “torna-se mais aguda a cada dia”. O deputado destaca alguns problemas que agravam a crise da representação: o sistema eleitoral (“que engloba os piores defeitos dos sistemas vigentes em outros países, sem o contrapeso de suas qualidades”),

os custos das campanhas eleitorais e, no parlamento, a existência do que chama de “deputados de dupla bandeira”, ou seja, bancadas que representam igrejas ou seitas, deputados lobistas “cujo maior empenho é a defesa do interesse de grupos corporativos” e os “patrimonialistas” que são aqueles que buscam a política como via de enriquecimento próprio.

E finalmente o senador do PDT(AM) recém falecido, Jéferson Peres que” se referia ao declínio ético e intelectual da vida cívico-partidária do Congresso Nacional e uma crise de credibilidade do Poder Legislativo, no qual “boa parte deles” (...) chantageiam o executivo mercadejando apoio a políticas públicas como contrapartida pela distribuição de empregos entre seus apaniguados, emendas orçamentárias “rachadas” com empreiteiras e prefeitos amigos e assim por diante.

Essas considerações, de parlamentares de vários partidos, reforçadas pela análise do quadro partidário brasileiro, evidenciam a necessidade de uma ampla reforma política, que, infelizmente, não se encontra no horizonte das reformas possíveis de serem feitas no Congresso, pelo menos, em curto prazo e a depender apenas dele mesmo.

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN
http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html



www.dhnet.org.br